

Muito além de Índios e Negros: conhecimento e valorização

É inegável que, apesar dos devidos lugares aos quais a academia e parte significativa da sociedade civil tem tentado alocar e evidenciar Africanos, Afro-brasileiros e Indígenas, ainda há o referencial utilizado por leigos de forma genérica - Negro¹ e Índio² - para mencionar a grande multiplicidade de povos e experiências em África, na diáspora para a América, nas descendências provenientes da mudança de continente, dos milhões de nativos que resistiram proporcionando descendências frutos do contato e das transformações.³

Entretanto, apesar do equívoco da nomeação, negar o uso dos termos negro e índio é recusar pontes ou conexões com o pensamento corrente para problematizar as complexidades étnicas encobertas por estas generalizações. É preciso fazer uso, sem negá-los, e construir as transformações conceituais e usuais devidas. A diferença não surge automaticamente em relação a uma tradição preestabelecida. Homi Bhabha instrui sobre o tema:

“Os termos de embate cultural, seja através de antagonismo ou filiação, são produzidos performativamente. A representação da diferença não deve ser lida apressadamente como o reflexo de traços culturais ou étnicos

¹Termo utilizado atualmente de forma valorizadora, incluindo todos os que são descendentes e/ou possuem fenótipos associados aos não brancos e não indígenas trazidos para o Brasil, em sua grande maioria, em decorrência do tráfico de pessoas África/Brasil. O movimento negro contemporâneo se apropriou do termo como forma de aglutinar todas designações dadas aos afro-brasileiros e assim constituir um número unificado e não fragmentado de indivíduos. Negro é, portanto, uma condição de pertencimento proveniente de pertencimento e identificação com ascendências africanas de caráter socio cultural.

PEREIRA, A. A. **O Mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.

²Pelo termo índios comprehende-se a antiga visão essencializada dos nativos da época da invasão europeia às Américas, indistinguíveis, fundamentalmente iguais. Este termo por um lado foi responsável, e de certa forma ainda é, por preencher o imaginário do senso comum com um conjunto de indivíduos homogêneos e praticantes de vidas similares, porém, por outro lado, ele foi apropriado pelo movimento indígena brasileiro de forma positivada com a intenção de dar voz aos diversos povos existentes, chamando atenção para suas necessidades e apresentando-os como agentes de suas ações frente ao Estado brasileiro. FREIRE, J. R. B. **Cinco ideias equivocadas sobre os índios.** In Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH). N° 01 – Setembro 2000. p.17-33. Manaus-Amazonas e MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990).** São Paulo: Paulinas, 2012.

³Cabe ressaltar que considerando as compreensões dos próprios povos sobre os conceitos por eles ressignificados, índio e negro, pode-se hoje utilizá-los de forma positiva. É também de fundamental importância, problematizá-los em sala de aula, apresentando essas explicações aos alunos com o intuito de serem trocadas experiências e percepções sobre essas conceituações.

preestabelecidos, inscritos na lápide fixa da tradição. A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica. O “direito” de se expressar a partir da periferia do poder e do privilégio autorizados não depende da persistência da tradição; ele é alimentado pelo poder da tradição de se reinscrever através das condições de contingência e contraditoriedade que presidem sobre as vidas dos que estão “na minoria”. O reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação. Ao reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição. Esse processo afasta qualquer acesso imediato a uma identidade original ou a uma tradição “recebida”. Os embates de fronteira acerca da diferença cultural têm tanta possibilidade de serem consensuais quanto conflituosos; podem confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso.”⁴

As características étnicas e os pertencimentos de grupo foram, muitas vezes, atribuídos pelos observadores externos baseando-se em fenótipos ou similaridades culturais entre pessoas de pouca ou até mesmo nenhuma afinidade coletiva. Mesmo assim, façamos uso das referências existentes, ainda que parciais e equivocadas, evidenciando as vozes dos africanos e seus descendentes brasileiros e os povos indígenas brasileiros, os referenciados negros e índios. Apresentar, inserir, reinserir, replicar e problematizar são as ações basilares dos desenhos animados desenvolvidos neste trabalho.⁵

3.1

Sujeitos ativos: o afastamento de índios e negros da mera condição de vítimas

Ao pensar os desenhos animados para o ensino básico, deseja-se, primordialmente, cultivar nos educandos a certeza da dúvida. É preciso que os educandos sejam acostumados a duvidar. Dos livros, dos filmes e principalmente, dos professores, quando estes soarem como formuladores de verdades absolutas. Possivelmente, para todas as verdades estabelecidas ou dominantes, existam casos particulares, ou que simplesmente não se enquadram às regras de um maniqueísmo por vezes pouco criativo ou verdadeiramente questionador.

⁴BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p.20-21.

⁵Para acessar os desenhos animados acesse o endereço

<https://www.youtube.com/channel/UCOZGOLYkZ5kfDZct8S6aqng/videos> no site armazenador de vídeos *Youtube*. O canal de animações de chama Animações Revolução.

Talvez seja possível ver balões de pensamento nas cabeças dos alunos, como nas histórias em quadrinhos, quando alguém trata de escravidão negra no Brasil ou sobre indígenas, em qualquer parte da História do Brasil. Para o primeiro caso, o balão de pensamento é quase uma imagem de Jean Baptiste Debret: um negro, sem camisa e com calça branca surrada, similar às calças que atualmente são usadas para a prática da capoeira, ajoelhado, enquanto outro homem o castiga cruelmente, ou quem sabe o mesmo negro, trabalhando ao extremo de suas condições físicas. No caso dos indígenas, são seres humanos estacionados no tempo, sejam os indígenas encontrados pela expedição de Pedro Álvares Cabral, sejam os que são filmados atualmente. Não importa, o desenho feito é de alguém que mora em uma oca (moradia de palha ou similar), que segue um Pajé (curandeiro) e um Cacique (Chefe guerreiro), se trata com plantas, que faz danças para que as chuvas caiam e etc.

No caso dos negros, sofrimento e dor paralisaram quaisquer tipos de alternativas de autonomia ou liberdades, e no dos indígenas, os “homens brancos”, tomaram suas terras e os mataram, deixando apenas alguns *exemplares* que insistem em errar rumo ao inequívoco destino que será sua completa extinção.

Indiscutivelmente negros e índios foram, e ainda são, maltratados pelos colonizadores, seus agentes e descendentes, e não se pretende negar isto, nem para doutos, o que seria impossível, e muito menos para estudantes, o que seria cruel e infecundo.⁶O que se pretende nestas presentes reflexões e nos desenhos animados tratados é mostrar outra perspectiva, como sublinha Maria Regina Celestino de Almeida:

“A perspectiva histórico-antropológica tem fundamentado inúmeras pesquisas empíricas em diferentes tempos e espaços na América, nas quais índios, africanos e seus descendentes são enfocados como sujeitos ativos nos processos históricos nos quais se inserem. Essas novas análises permitem revisões não apenas das histórias desses povos, mas também das histórias regionais e nacionais.”⁷

A autora reforça que por mais que tenham existido padrões, sempre houve possibilidades de escolhas e alternativas.⁸Devem-se questionar todas as formas essencializadas, fixas e imutáveis apresentadas nas mais diversas formas de duração

⁶Faz-se um trocadilho com a celebre reflexão de Marc Bloch a respeito da importância, e da necessidade, da clareza da escrita da História para todos os tipos leitores da produção historiográfica. Consultar em BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001. p. 17

⁷ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flammarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2012. p. 151.

⁸Idem. p. 154.

temporal. Mais do que simplesmente oprimidos, índios e negros podem e devem ser vistos como personagens inseridos e articulados dentro das mais diversas lógicas ao longo de todos os períodos da chamada História do Brasil.

Frederick Cooper, por meio de suas pesquisas e análises, é levado a reconhecer que os grupos oprimidos também assumem as hierarquias e categorias de separação, hierarquizações e preconceitos, nos ajudando a refletir sobre o tema. Segundo o autor, o colonial está sempre em conflito e buscando lugares de existência, o poder colonial instala outras hierarquias e outras escalas de submissão.⁹

Talvez não seja tão inebriada a ideia de que ainda há visões hierarquizadas, infelizmente, dentro do Brasil, bem como em diversas sociedades ao girar do globo. Ao invés dos homens “comuns” e dos estudosos “comuns” observarem e tratarem dos homens em perspectiva horizontal, tal como em um longo banco de espera, estes colocam os seres humanos, ainda, de forma verticalizada, mais precisamente como nos degraus de uma escada, sendo aqueles que estão nos degraus mais “altos” considerados *superiores* àqueles que se encontram nos mais “baixos”. Talvez por isso, os equívocos estáticos insistam em persistir.

As alternativas são mostras de diferença e inserção social. Sidney W. Mintz nos sublinha o erro nas “arrumações” equivocadas:

“Esses indivíduos agem diferentemente porque seus interesses são diferentes, porque eles estão postados em cantos diferentes do sistema social, porque suas influências não são nem estáticas nem simétricas. Quando tais indivíduos parecem compor grupos, grupos estes agem diferentemente em terrenos semelhantes, não é porque necessariamente as “culturas” desses grupos são qualitativamente diferentes, mas porque as alternativas culturais, percebidas por eles como mais apropriadas no momento, emergem em contextos sociais específicos. Não se trata simplesmente de uma questão de diferenças de classe em cultura, ou “subcultura” ou “cultura de classe” – “pacotinhos” arrumados de material cultural anexados a “grupinhos” organizados. As classes não podem sermeticulosamente dispostas de uma forma tão simples, cada uma possuindo seus padrões normativos distintivos.”¹⁰

É necessário questionar não somente estes “enquadramentos” identitários, mas também como a própria construção da identidade pode ocorrer pelo contraste. A cultura pode ser modificada de acordo com as identidades, a ideia ou concepção de ser índio ou

⁹Mesmo em outros períodos ou hierarquias, para além dos períodos coloniais, pode-se aplicar as ideias defendidas por Cooper a respeito dos lugares de existência. COOPER, Frederick. Introduction. In: Frederick Cooper. **Colonialism in Question**. Theory, Knowledge, History. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press. 2005.

¹⁰MINTZ, Sidney W. **Cultura: uma visão antropológica** [1982] In Revista Tempo, nº 28. 2010. p. 237.

negro ao longo do tempo. Mesmo oprimidos continuaram e fizeram a manutenção de suas existências. Somente tratar de suas vitimizações diminui os grupos e suas resistências empreendidas ao longo do tempo.

John Monteiro ressalta a importância do reconhecimento das lideranças indígenas pela historiografia e oferece suporte para as afirmações anteriores:

“É certamente, um avanço para a historiografia brasileira reconhecer as lideranças indígenas enquanto sujeitos capazes de traçar a sua própria história. No entanto, é necessário considerar que as escolhas pós-contato sempre foram condicionadas por uma série de fatores postos em marcha com a chegada e expansão dos grupos europeus em terras americanas. A catástrofe demográfica que se abateu sobre as sociedades nativas, estreitamente ligada às estratégias militares, evangelizadoras e econômicas dos europeus, deixou um quadro desesperador de sociedades fragmentadas, imbricadas numa trama colonial cada vez mais envolvente. Diante de condições crescentemente desfavoráveis, as lideranças nativas esboçavam respostas das mais variadas, frequentemente lançando mão de instrumentos introduzidos pelos colonizadores. A resistência, neste sentido, não se limitava ao apego ferrenho às tradições pré-coloniais mas, antes, ganhava força e sentido com a abertura da inovação.”¹¹

Torna-se fundamental neste ponto ressaltar o conceito de etnogênese como alternativa criativa para a dominação, reconfigurando culturalmente e/ou identitariamente grupos ou indivíduos, havendo, inclusive, em alguns casos, fatores ecológicos, sociais, etc., os mais diversos. Genericamente etnogênese é a maneira pela qual os grupos humanos surgem.¹² Para muitos grupos é importante reescrever suas próprias histórias. Representações fenotípicas, por exemplo, como os tons de pele, tipos de cabelos, etc. são valorizadas e ressignificadas, compondo as lutas de índios e negros para domínio de suas histórias.

Índios e negros são reinseridos, ao contrário de visões equivocadas que tratariam esta reinserção como assimilação e por consequência descaracterizadores dos grupos, eles estariam na verdade recriando suas lógicas, identidades e configurações. Seria o que Steve Stern denominou de resistência adaptativa.¹³

João Pacheco ilumina, nesta linha de pensamento, os fatores que têm levado ao aumento do número de etnias que “surgiram”, mas que em verdade eram etnias que eram tidas como desaparecidas ou assimiladas. Elas estariam em processo de

¹¹MONTEIRO, John. **Tupis, Tapuias e Historiadores.** Estudos de história indígena e do indigenismo. Tese de Livre Docência, UNICAMP. 2001. p. 75.

¹²HILL, Jonathan. Introduction In: HILL, Jonathan. (org.) **History, power and Identity, Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992.** Iowa City: Universityof Iowa Press. 1996.

¹³ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios aldeados: histórias e identidades em construção.** Revista Tempo. 2001, nº 12. Citado pela autora.

ressignificação. Segundo o autor, deve ser construída uma etimologia indígena sem considerar as supostas perdas, reelaborando as relações com o território, no que ele chama de processo de reterritorialização.¹⁴

De modo amplo, as perspectivas a respeito de uma História do Brasil cada vez mais *desierarquizada* deve ser buscada. Colonizadores e colonizados estão inequivocamente entrelaçados às construções históricas. Portanto, estar atento ao que é produzido e produzir também, deve ser a tarefa de todos dos professores/historiadores preocupados em aumentar os balões imaginários nas cabeças dos alunos, em favor de estudos históricos menos parciais e limitados.

Hebe Mattos e Martha Abreu contribuem com um precioso argumento pelo qual problematizar a diferença, percebendo os limites entre os grupos que constituem o Brasil, ao contrário da outrora válida *democracia racial*, sublinhando as alteridades, as diferenças do outro, do distinto, torna-se essencial para educar étnico racialmente a população brasileira:

“...não podemos criar a expectativa de existência de culturas cristalizadas no tempo ou preservadas intactas ao longo de tantas gerações. A diversidade cultural brasileira, e sua tão propalada pluriculturalidade, deve ser pensada levando-se em consideração os intercâmbios e as trocas culturais, de forma a colocar em evidência a pluralidade da própria experiência negra [índia] no país. Persistentes as ações e políticas que mantêm e renovam as desigualdades e hierarquias raciais em nosso país.”¹⁵

Cabe, assim, destacar que este trabalho apresenta reflexões teóricas que foram transformadas em argumentos, roteiros e por fim desenhos animados que terão a função de tratar de forma lúdica e didática as complexas problematizações pertinentes às inserções de negros e índios aos estudos históricos brasileiros, desde os primeiros anos de letramento, em favor de uma autêntica educação étnico racial.

¹⁴OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma Etnologia dos ‘índios misturados’: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.) **A Viagem de Volta – etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena**. Rio de Janeiro, Contracapa, 1999.

¹⁵ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das ‘Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas’. Uma conversa com historiadores. In: PEREIRA, Henrique Alonso A. R.; OLIVEIRA, Maria Margarida D.; ALVEAL, Carmem M. O.; LOPES, Fátima Martins. **Índios e Negros na História do Brasil. Invisibilidades e Emergências, do século XVI ao XXI**. Natal: Ed. UFRN. 2014. p. 17.